P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	22. NOV. 1974	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

No hospital de Cascais

Um médico e três enfermeiras alvo de diversas acusações

Algo de anormal se passa no hospital distrital de Cascais. O grosso dos trabalhadores virado contra o médico de ortopedia, a enfermeira-geral e duas outras profissionais do mesmo ramo, alvos de acusações que, sobretudo, culpam o corpo clínico da não cumprimento rigoroso dos deveres deontológicos e da criação de um mau ritmo de funcionamento naquele estabelecimento hospitalar dependente da Misericórdia de Cascais e, no final de contas, um clima de perturbação e irregularidade. A nossa reportagem foi a Cascais, ouviu e registou.

Na manhã de ontem, chegou à nossa redacção um documento remetido pelo presidente da assembleia geral dos trabalhadores do Hospital Distrital de Cascais e subscrito pelas comissões de médicos, de enfermagem e dos trabalhadores. Intitulava-se *comunicado* e noticiava que «a fim de suster as graves perturbações que vinham a verificar-se naquele estabelecimento hospitalar, perturbações que prejudicavam não só o seu funcionamento, pelo mau ambiente de trabalho, como até ameaçavam adulterar as boas normas de tratamento dos doentes, realizaram-se duas assembleias gerais de trabalhadores».

Em ambas as assembleias gerais «se registou larga representação de todos os grupos socio-profissionais» que votaram por maioria absoluta a proposta de afastamento imediato da enfermeira-geral, acusada de atitudes autocráticas e reaccionárias, com graves intromissões nas relações entre o pessoal de enfermagem e entre este e o pessoal médico; «reagindo contra a atitude da mesa administrativa e respectivo provedor, que não deram seguimento à vontade expressa pelos trabalhadores na referida proposta, votaram e aprovaram uma moção de desconfiança por maioria absoluta sem qualquer voto contrário»; «optou por uma voto contrário»; «optaram por uma atitude de ignorância absoluta da presença da enfermeira-geral, fazendo-a substituir por uma comissão de enfermagem, eleita pela respectiva assembleia de grupo».

Idêntica resolução foi tomada relativamente ao médico ortopedista do hospital, à enfermeira-chefe do Serviço de Obstetrícia e à enfermeira adjunta da enfermeira-geral. Foi, ainda, exigido um inquérito acerca da actividade do administrador e da cartorária (chefe da secretaria).

Acusam

Segundo o que do intricado caso conseguimos apurar, a questão é esta: diversos trabalhadores daquele estabelecimento hospitalar culpam a enfermeira-geral, D. Maria Teresa Bica Batoréu, funcionária do I.A.N.T.P. e em comissão de serviço em Cascais desde o dia 24 do passado mês de Agosto, do clima de perturbação e descontentamento reinante desde há algum tempo.

Dizem que «ela se intromete em todos os sectores, procura suscitar guerras e questões entre o corpo médico e entre este e outros ramos profissionais, persegue duas das suas subordinadas (enfermeiras Espírito Santo e Ramalho, do Serviço de Cirurgia) por puro ódio e má vontade, devido à não colaboração destas na pretendida campanha», etc.

Duas outras enfermeiras (Tojal e Martins Barreiro) são alvo das acusações, em especial do corpo de enfermagem: «Colaboram com a enfermeira-geral, indicam-lhe o caminho de actuação, pois aquela, ali presente desde há tão pouco tempo, não poderia estar preparada para dirigir tão intensa campanha, colaboram no clima de perseguição a diversos sectores, dificultam o contacto directo entre as classes hierarquicamente inferiores e os coordenadores de trabalho», etc.

Também o único ortopedista do hospital é alvo de graves acusações: «Não cumpre os cânones deontológicos, não cumpre os horários que lhe estão determinados, cria más relações de trabalho, impede a colaboração nos serviços de ortopedia de outros clínicos da especialidade, que com ele se recusam a trabalhar, etc.»

Estas algumas das acusações feitas e a nós relatadas pelo director clínico, dr. Costa Matos, e por algumas das componentes da Comissão Coordenadora de Enfermagem, recentemente eleita para substituir a enfermeira-geral no desempenho das funções e constituída por Bernardete Marques Augusto, Alice Simões, Maria José Fadez, António Fonseca e Cecília Alves.

Entretanto, duas assembleias gerais de trabalhadores tinham votado, por maioria absoluta, o termo do trabalho no hospital do ortopedista, das duas enfermeiras e da enfermeira-geral, que, no seguimento do processo, apresentou a sua exoneração da comissão de serviço que em Cascais exercia, ficando, pelo provedor, permitida a ali se deslocar, para exclusivamente contactar com elementos da administração.

No hospital de Cascais, mudavam-se, ontem, as fechaduras dos gabinetes da enfermeira-geral e do médico do serviço de ortopedia.

A outra parte

A foice e o martelo têm sido, pela noite, desenhados no automóvel da enfermeira Martins Barreiro. O seu descanso tem sido várias vezes interrompido por ligações ao megafone do prédio, com provocações, ofensas, ameaças e insultos. Ouvimo-la: «Dizem que não vou comer a refeitório, o que só não faço pelas más condições de serviço e pelo enorme tempo que se tem de esperar e perder; que não afixei no serviço de maternidade, de que sou responsável, a convocatória para as assembleias gerais de trabalhadores, mas a verdade é que dela não tive conhecimento; que há descontentamento geral na maternidade, mas vinte trabalhadores subscreveram, por iniciativa própria, um documento que contradiz, ponto por ponto, as acusações contra mim formuladas.»

D. Maria Teresa Bica Batoréu, a enfermeira-geral: «Acusam-me de me intrometer em todos os serviços, mas essa é também a minha função na qualidade de coordenadora e responsável-mor do sector; de intervir na constituição das *farmácias*, mas a isso me via obrigada, pois até encontrei medicamentos já fora do prazo, e em quantidade excessivas; dizem que persigo, inclusivamente, a enfermeira Ramalho, mas o certo é que ela não quis colaborar no serviço de Ortotraumatologia, em que é responsável o visado clínico de Ortopedia».

Uma posição de intransigência perante o respeito ao doente e o hospital, «causa a que se devota», é, segundo a enfermeira-geral, o pomo de toda a discórdia e má-vontade. O certo é que ela nos afirmou que «em Cascais não há a necessária assistência médica ao doente; que este está, muitas vezes três, quatro, cinco, e seis dias sem que lhe seja feita a «história clínica», que não é respeitado o descanso do internado, nem as suas horas de refeição, nem as de visita, etc.

Uma sindicância aplicada por organismo superior irá, no entanto, trazer algumas achegas ao delicado caso do hospital distrital de Cascais, debruçando-se sobre o seu funcionamento e a actividade do provedor, eng. Mário Cruz, e da mesa administrativa. Em causa estão a actividade profissional dos quatro alvos das acusações, de cerca de trezentos trabalhadores (entre os quais para cima de cinquenta médicos e oitenta enfermeiras — segundo informação do director clínico, dr. Costa Matos) mas, sobretudo a saúde e a sorte dos muitos milhares de doentes que normalmente procuram aquele estabelecimento hospitalar.

Fundação Cuidar o Futuro